

“MINHA RELIGIÃO NÃO PERMITE”: O FUNCIONAMENTO DOS SENTIDOS DE CIDADANIA ENTRE JOVENS

Raquel Alvarenga Sena Venera*

*“MY RELIGION DOES NOT ALLOW”:
THE FUNCTIONING OF SENSE OF CITIZENSHIP
AMONG YOUNG PEOPLE*

*Professora do Programa de Pós Graduação em Educação e do Programa de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, ambos da Universidade da Região de Joinville

RESUMO: Este artigo tem como objetivo problematizar sentidos de cidadania nas falas de jovens, estudantes das escolas públicas. Esses sentidos, que não são opostos e nem totalmente consonantes às propostas estatais e laicas, estão no escopo desta investigação e foram lidos a partir de uma arqueologia e genealogia, ou seja, de um campo capaz de evidenciar as discursividades no tempo e trazer à tona os sentidos funcionando no lugar onde os sujeitos os operam. Esse olhar fez aparecer sentidos dos discursos de cidadania entre os jovens, respondendo às expectativas da educação proposta pelo Estado brasileiro, mas distante do laico, implicados no agenciamento coletivo da religião, mostrando que tanto a cultura escolar quanto a religiosa se interseccionam.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, cidadania, juventudes.

ABSTRACT: *This article aims to analyze the meaning of citizenship in the speech of young public school students. These senses, which are not opposites, nor fully in line proposals and secular state, are in the scope of this investigation and were read from an archeology and genealogy, ie a field able to highlight the discourses on time and to bring out senses functioning at the place where subjects operate. This methodology brought to the surface the meanings of discourses about citizenship among young people, answering the expectations of education proposed by the Brazilian state, but far from a neutral local, implicated in other collective agency that is religion, showing that both school culture and religious intersect.*

KEYWORDS: *Education, citizenship, youth.*

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende evidenciar os sentidos de cidadania nas falas de jovens, estudantes das escolas públicas da cidade de Itajaí, localizada no litoral norte de Santa Catarina. As análises apresentadas aqui são parte de um conjunto de resultados de uma pesquisa que tinha como interesse perseguir duas frentes discursivas: a primeira, os sentidos dos discursos democráticos que emergiram no Brasil, no movimento chamado “abertura política”, e que foram sendo cristalizados desde a Constituição de 1988, perpassando outros documentos posteriores até as diretrizes para a Educação Básica, todos implicados com as orientações e garantias da construção de uma identidade cidadã, nas culturas escolares. E a segunda, a operacionalização desses discursos pelos jovens estudantes da Educação Básica. Esse artigo recorta esses discursos juvenis e em análise busca visibilizar os sentidos mobilizados.

A referida pesquisa ouviu cerca de 390 estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, divididos entre 16 escolas. Em um primeiro momento, foi aplicado um instrumento de pesquisa que possibilitou o desenho de um perfil socioeconômico e cultural dos jovens. Em um segundo momento, a partir da mediação de uma obra áudio visual, foram provocados a falar sobre suas vidas no cotidiano e seus comportamentos em relação a ações de cidadania. O primeiro instrumento, impresso – com perguntas fechadas, mais objetivas, e outras abertas, com maior possibilidade subjetiva –, foi pensado a partir de três momentos da história da cidadania, ou seja, sua conquista enquanto direito civil, político e social. Porém, considerando o exercício da cidadania plena, esses direitos foram utilizados apenas com propósitos de organizar o questionário, mas se misturaram durante a análise. Os resultados foram lidos entrecruzados para se ter um platô um pouco mais próximo dos sentidos de cidadania que foram construídos por esses jovens estudantes. Procurou-se através dessa escolha fugir de modelos com perguntas mais explícitas sobre o tema, o recurso teórico genealógico, que será mais bem trabalhado no próximo item desse artigo, respaldou esse trabalho e possibilitou privilegiar perguntas que fizessem as subjetividades aparecerem da forma como se mostram em seus cotidianos.

Os sentidos de cidadania, relacionados ao direito civil, serviram como base a todas as questões. Apesar de algumas delas serem diretamente focadas na liberdade, igualdade, por exemplo, todas estavam ligadas àquilo que o direito civil garante – ser um indivíduo de um Estado. Portanto procurou investigar qual a representação dos jovens sobre o direito à liberdade, a condição de igualdade, as relações entre o público e o privado, a clareza sobre o sentido de “posse coletiva” – que deve existir em relação aos lugares e instituições públicas – e como entendem a administração daquilo que pertence a todos e se acreditam e confiam naquilo que é público.

As questões relacionadas aos direitos políticos investigaram em que medida existe exercício político de cidadania por parte desses adolescentes. Se percebem e fazem usos dos espaços abertos a participação social, se são filiados a um sentimento de pertencimento de grupo, e que grupos são esses? Onde estão os espaços de socialização e atuação desses jovens?

E, finalmente, as perguntas relacionadas aos direitos sociais, consideraram que, apesar de muitos daqueles jovens, não possuírem idade para o mundo do trabalho, de alguma forma poderiam fazer parte dele ou conhecerem algumas linguagens e direitos desse mundo. Eram questões que investigavam se relacionam o trabalho com a educação, saúde e segurança pública, e como representam o mundo produtivo e como estabelecem conexões entre o emprego e a escolarização.

A aplicação desse instrumento foi negociada mediante a garantia do anonimato de todos os participantes e, desta forma, os dados foram organizados sem nenhuma distinção nominal dos sujeitos envolvidos¹. Embora as questões do instrumento tenham privilegiado as instituições estatais e laicas, os dados coletados apontaram uma relação entre os jovens e os grupos religiosos. Quando apontaram os lugares da cidade que mais frequentavam, por exemplo, mesmo que os shoppings tenham aparecido em grande medida, mas 65,64% dos jovens, ou seja, 256 dos 390 jovens ouvidos se declararam assíduos às igrejas, esse número foi mais expressivo entre aqueles das escolas maiores e localizadas nas regiões mais pobres da cidade.

O instrumento possibilitou um desenho de jovens, em grande maioria, com menor acesso aos bens culturais, filhos de trabalhadores pobres, e com

uma percepção de vida política e social a partir desse lugar periférico. Eles mostraram que conseguem perceber a desigualdade entre a educação e saúde públicas em comparação aos mesmos serviços oferecidos pelo setor privado. Além disso, desconfiam da segurança pública a partir das circunstâncias de violências vividas nos bairros.

Durante o segundo momento de coleta de dados, quando os jovens falaram sobre as suas vidas, suas opiniões, algumas falas relacionadas à igreja voltaram a aparecer. Menos expressivas do que na primeira fase da pesquisa, em termos de frequência, mas com mais intensidade porque foram pronunciadas a partir de um contexto simulado pelo áudio visual, e apontadores de sentidos atitudinais. Essas falas, pronunciadas dentro da cultura escolar foram, em alguma medida, balizadas por este contexto e trouxeram sentidos muito próximos daqueles previstos nos documentos educacionais sobre a cidadania, mas também, operaram em esferas alheias aquelas previstas oficialmente.

A pesquisa a que se reporta esse artigo fez uma análise mais estendida dos discursos das políticas brasileira de educação, mas aqui a pretensão é bem mais modesta. Interessa a evidência de que, embora as leis brasileiras garantam a igualdade de direitos a todos, e, por isso, as diretrizes educacionais apontam para uma educação laica e inclusiva de todas as diferenças, nos arranjos de construção para os sentidos de cidadania – objetivo maior da educação nacional – os sentidos religiosos aparecem marcando intersecções com os sentidos laicos do Estado.

Por isso, neste artigo, os sentidos de cidadania articulados com a religiosidade dos jovens foram privilegiados. Eles não foram previstos durante a análise documental, nem mesmo na elaboração do instrumento de pesquisa, e por ser um dado surpreendente, evidenciado nas análises é merecedor de um tratamento específico para o tema.

Esse artigo está organizado da seguinte forma: faz-se necessário a exposição dos pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentaram essa análise, seguido das análises dos discursos dos jovens. Diante disso, as análises buscaram as memórias que duram nessas falas, ou os “arquivos” que foram acessados para compor os discursos pronunciados. E por último, as reflexões finais e os apontamentos que se desdobraram dos resultados de análise.

UM CAMINHO DE ESCUTA OU PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE ANÁLISE

A “cultura escolar” foi mobilizada como categoria de análise considerando que os dados coletados em escolas de Educação Fundamental poderiam revelar os sentidos de cidadania produzidos no interior da disciplina escolar História. Essa aposta concordou com Chervel quando ele define a “cultura escolar”, como aquela criada na escola, de uma forma muito específica na maneira de sua difusão e origem nas disciplinas escolares (CHERVEL, 1990). Essa categoria auxiliou perceber que os sentidos de religiosidade utilizados nos argumentos dos jovens ao pronunciarem sobre sua cidadania mostram aquilo que Dominique Julia já vem registrando em seus trabalhos (JULIA, 2001, p. 9-43). Ele reconhece que sempre haverá imbricações relacionais da “cultura escolar” com outras categorias culturais como “cultura religiosa”, “cultura política”, “cultura popular”. Embora os desdobramentos do termo tenham vindo da França, ele se espalhou em outros países europeus e também no Brasil, e possui várias acepções tornando-se produto de uma “polissemia acadêmica”. Mas, apesar dessa polissemia, a exemplo dos estudos de Frago, que fala de cultura escolar, cultura da escola, culturas escolares em uma concepção ampla, como tudo que envolve o pensamento educacional, desde as teorias e ideias, os rituais e os hábitos, tudo aquilo que é sedimentado ao longo do tempo (FRAGO, 2000), ao longo das análises essa categoria evidenciou que ainda exista essa dimensão mais ampla dos elementos culturais da escola, o interior da cultura escolar convive na imbricação de outras culturas. Nesse sentido esse artigo se ateu apenas nos sentidos dessa intersecção.

Resguardadas as devidas diferenças entre os autores, eles remetem ao sentido de que, como categoria cultural as práticas discursivas de uma instituição escolar operam tanto a sedimentação de sentidos no tempo, como um lócus potencial de criação do novo. Entre a tradição e a criação, entre os discursos oficiais e a subjetivação construída e atravessada pelos sujeitos, estão sempre as tensões e os acordos entre as demais culturas que circunscrevem a cultura escolar. Se por um lado, os documentos oficiais da educação direcionam práticas e fazeres voltados à construção da cidadania sob o aspecto laico, a partir dos conhecimentos e conteúdos fundamentados nas ciências de referência, no

interior da instituição escolar, ou melhor, no interior das disciplinas escolares, por outro lado, essa “cultura escolar”, não está desligada da “cultura religiosa” a qual alunos e professores estão também implicados.

Este texto considerou também uma possível “memória arquivo” que os jovens ouvidos pela pesquisa acessaram para falar em cidadania. Sentidos que foram se construindo ao longo da história e que foram evidentes na superfície dos seus discursos. Este estudo foi o início de uma escavação “arqueológica” e “genealógica”, e o objeto perseguido é o conceito de cidadania. Em várias camadas sedimentadas na História, verificaram-se sentidos diversos na construção desse conceito, mas os discursos dos jovens evidenciaram sentidos de cidadania aparentes no extrato social da década de 1990 e início do século XXI no Brasil. A “arqueologia” e a “genealogia” foram escolhidas a partir dos estudos do filósofo Michel Foucault, que se importa com as emergências de sentidos para as coisas em tempos e espaços distintos, a partir de “escavações arqueológicas”. Esta pesquisa considera a arqueologia como um procedimento capaz de evidenciar as discursividades da democratização do ensino no Brasil, e, desta forma, este texto também não a separa da genealogia. Falar de arqueologia sempre coloca à tona a genealogia, ou seja, os sentidos funcionando no lugar onde os sujeitos, interpelados pelos discursos, os operam. Se a arqueologia é útil neste trabalho para analisar os discursos envolvidos na democratização do ensino, é a genealogia que possibilita a visibilidade de sentidos desprendidos desses discursos no momento de suas emergências. A genealogia, aqui entendida como inversamente contrária ao sinônimo de busca pela origem, faz desnecessário investigar a história dos conceitos que sinalizam mudanças democráticas no ensino brasileiro, como o objetivo de buscar o sentido primeiro das palavras, ou ainda, o nascimento delas, mas pretende mostrar que o passado ainda está no presente. Vale ressaltar outra vez o sentido de genealogia como emergência. Algo que se produz no interstício de um jogo de poder. Ao trazer as falas dos jovens neste artigo pretende-se dar visibilidade aos sentidos na superfície dessas escavações, como são as práticas discursivas de cidadania, ou o discurso feito vida. No entanto, entendê-los para além dessa superfície em que foram inicialmente localizados. A relação entre arqueologia e genealogia se faz

conforme as palavras de Michel Foucault: “Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos que emergem dessa discursividade” (FOUCAULT, 1999, p.172). Algumas das falas dos jovens envolvidos na construção de uma subjetividade cidadã que estão em destaque no recorte deste artigo dão visibilidade aos sentidos possíveis que se fazem a partir dessas discursividades oficiais. Como são operacionalizados, como liberam saberes/poderes não previstos no interior dos discursos oficializados.

É oportuno também neste texto esclarecer o porquê da escolha da categoria “juventudes”, uma vez que cronologicamente os estudantes que participaram da pesquisa seriam considerados “adolescentes”. Esta escolha possui uma razão em consonância com a própria abordagem teórica e metodológica. Diante da complexidade conceitual sobre juventudes, ouvir e entender as falas dos estudantes através do sentido histórico e de como eles podem se orientar no mundo com vistas à cidadania e em defesa da democracia – o que tem sido uma preocupação dos profissionais da educação, o “como ser” cidadão –, se tornou um desafio. No entanto, a forma como os jovens operam esses discursos sobre cidadania, possui relação com os múltiplos consumos de sua existência – a mídia, a igreja, os amigos, a violência, a ausência de recursos entre outros – torna o caminho desta construção descontinuada, inconstante, imprevisível.

Diante desta instabilidade o estudo do conceito exige uma observância de possibilidades flexíveis na definição. São vários os conceitos sobre juventude e adolescência disponíveis, desde aqueles relacionados à Psicologia ou à Sociologia – que operam também como categoria de análise – àqueles relacionados às decisões de políticas públicas que levam em consideração, principalmente, a entrada no mercado de trabalho e a idade biologicamente fértil. Em muitas situações esses conceitos estão sobrepostos, mas guardam suas distinções (VENERA, 2009, p.85).

Todavia, esta pesquisa considerou as formas de ver a adolescência e a juventude a partir de reflexões acerca da cultura, ou seja, como a fabricação desses conceitos em um mundo midiático e afastado do entendimento dos jovens como fase de transição e idade cronológica. Refletir sobre o significado e

a condição complexa de ‘estar no mundo’ – onde as juventudes são ao mesmo tempo algo a serem disciplinadas, feitas cidadãs cada vez mais na tenra idade, mas também algo desejável, como produto a ser consumido –, pode ser um passo adiante na busca da compreensão do papel dos saberes transmitidos na escola e daqueles provenientes de espaços e meios extraescolares. Saberes que, indiferente do local de sua produção e consumo, estão implicados na constituição da formação dos jovens, na cultura contemporânea.

Por este motivo, a escuta dos jovens foi o caminho metodológico privilegiado e o uso de filmes um disparador de falas dos jovens. Essa escolha levou em consideração algumas experiências de trabalhos anteriores² com jovens estudantes, quando se verificou que eles aprendem muito facilmente as respostas esperadas na cultura escolar. Falar aquilo que espera que o grupo de professores e especialistas queira ouvir – o “politicamente correto” –, ou saber o que deve ser falado e estereotipar o oposto para ser a figura rebelde faz parte do cotidiano dos jovens na escola.

Metodologicamente, o instrumento de pesquisa impresso dá visibilidade para um dizer recortado dentro desse universo. Este foi aplicado no formato de um questionário, montado para mapear o consumo cultural dos jovens. Mas, em um segundo momento, escolheu-se trabalhar oralmente a partir da exibição de filmes. Foi um caminho que fez possível o aparecimento de falhas nos discursos “politicamente corretos”. Esta pesquisa entendeu um filme como uma *mônada* das realidades que se pretende que os jovens falem. Quando se usa o conceito *mônada*, se está considerando a proposta operacionalizada por Walter Benjamin. Especialmente na obra “Sobre o conceito de História” (BENJAMIN, 1994, p. 231), o autor utiliza o conceito *mônada* para explicar a ação do materialismo histórico. No entanto, estão em toda a sua obra, na estrutura de seus textos, no seu estilo de escrever, várias *mônadas* que condensam marcas daquilo que o autor escreve – modernidade, infância, história, por exemplo. Ou seja, Benjamin operacionalizou em seus textos a possível leitura que fez de Gottfried Wilhelm Leibniz quando ele diz que as *mônadas* “são os verdadeiros Átomos da Natureza e numa palavra os Elementos das coisas” (LEIBNIZ, 1991, p. 123). Benjamin traz em seus textos os elementos das coisas pelas quais fala.

Desta feita, uma *mônada* não seria uma parte descolada de um todo, nem a fragmentação de um objeto, nem mesmo um pedaço menor que exemplificaria um todo, mas outro objeto que possui o âmagos de um todo. Uma vez abolidas as dicotomias, o autor elabora seu pensamento a partir da ideia de uma *mônada* e abrange a ordem das sensibilidades, daquilo que não é uma coisa ou outra, mas uma coisa que possui os elementos ou o âmagos de outra coisa.

Ao considerar o filme como uma *mônada* dos movimentos pelos quais as políticas públicas e os discursos de cidadania devem provocar, estou assumindo também que a cultura escolar, ou o currículo são, por sua vez, uma *mônada* da cultura onde se inserem. A cultura, neste trabalho, é entendida como um conjunto semiótico, um conjunto de signos que vão sendo significados e ressignificados em fluidez. O Estado brasileiro, ao se assumir democrático, precisou se preocupar com a feitura de identidades democráticas que possuíssem traços, marcas, sensibilidades cidadãs. A escola, instituição historicamente “amante” dos Estados, outra vez coloca seus currículos à disposição para a construção de subjetividades úteis. Desta vez, jovens cidadãos críticos, autônomos, participativos, tolerantes e conscientes.

O local de escuta, a habilidade de ouvir, a acuidade para a audição parecem sensibilidades lembradas e aprimoradas pela Análise do Discurso, AD. Este trabalho se inspirou na AD a partir de um dispositivo teórico de interpretação que contemplou as subjetividades. O dispositivo teórico de interpretação é, para a AD, uma possibilidade, no ato de leitura, de sair da zona de conforto que oferecem as funções da linguagem. Interessa ao analista aqueles agenciamentos que não estiveram implícitos nos discursos, mas foram percebidos a partir das análises e da “arqueologia” e “genealogia”.

É desse lugar de interpretação, ou dessa forma de interpretar, que os discursos dos jovens foram lidos. Importou a compreensão do processo de construção do discurso e seu funcionamento entre os jovens envolvidos. Para Eni Orlandi, a AD

visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido [...] visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 1999, p. 26).

A MEMÓRIA QUE VEM: LIBERDADE, HONESTIDADE AO BEM COMUM, PARTICIPAÇÃO NA MICRO POLÍTICA. COM A PALAVRA: OS JOVENS! OU A IGREJA?

Quando os jovens ouvidos na pesquisa falam³ sobre liberdade, operam um sentido de distinção humana. Para cerca de 26% deles, a liberdade é própria do ser humano, algo que nos distingue dos outros animais. Esse sentido tira a liberdade da História. Para alguns, a liberdade não só nasceu com o homem, como também é uma dádiva divina. Como é o caso do trecho *“porque todos nascemos⁴ com liberdade e Deus deu a liberdade ao homem”*. Respostas como essa dizem, não apenas sobre o sentido de liberdade, mas da fragilidade de pensá-la como produto das relações históricas. Todavia, são falas de assujeitamentos consumados no contexto educacional.

A liberdade e o livre arbítrio como dádiva divina foi problematizada em outra situação da pesquisa. Após a exibição do final do filme “Quanto Vale ou é por Quilo?”, de Sergio Bianchi, um debate foi provocado, sendo proposta uma situação hipotética aos estudantes que consistia em inventar um terceiro final para o filme. Todos deveriam se imaginar no corpo da personagem “Armínia”, ou seja, teriam como acessar 500 mil reais, teriam em mãos todas as provas de uma corrupção – o desvio dos 500 mil através de uma agência de publicidade – e o início de um contato com a imprensa, quando a Armínia resolveu denunciar o esquema. O que eles fariam? Quase 100% deles ficariam com o dinheiro de alguma forma. E quando alguém sugeriria entregar o dinheiro para a Polícia Federal era um escândalo por parte do restante da turma, com frases como: *“claro que algum policial vai ficar com a grana”* ou *“ah! se eu ia entregar pra polícia! Ia ficar pra mim, pra polícia a gente dá um tiro na testa”* ou *“se eles ficam com o dinheiro fico eu primeiro”*.

O mesmo sentido de corrupção aparece para dizer sobre policiais e políticos. No entanto, essa raiva do outro corrupto não fala sobre a intolerância à corrupção, mas sobre a intolerância ao outro que possui um local legítimo constituído de oportunidades. Por que o outro possui esse lugar de facilidade e não eu? E o local dele está contra o meu e suas corrupções são ofensivas a

mim. É o efeito do espelho, e por isso tanto incomoda, os discursos desses jovens apresentaram uma perversão nas subjetividades cidadãs. A questão não é coletiva e, portanto, não é contra a corrupção apenas. É individual sobre o porquê o acesso a ela é restrito a alguns poucos. A insegurança social por um lado, a certeza da impunidade por outro, geram silenciosamente, nessas subjetividades, uma desmoralização da democracia, desse jeito de fazer.

Durante o debate algo surpreendente aconteceu. Uma jovem, que a princípio sofreu vaias, disse *“pensando melhor, tenho o livre arbítrio para escolher, e como filha de Deus, não posso ficar com os 500 mil. Eu devolveria, pra polícia, sei lá, mas minha religião não permite ficar com o que não é meu. Isso é errado”*. Quando houve uma única voz que fundiu ‘autogoverno’ e desejo estatal, apresentados nos documentos educacionais, ela não fez essa escolha a partir dos enunciados da cultura escolar, mas o argumento foi religioso: *“minha religião não permite”*. Esse argumento convenceu alguns colegas e deixou outros em silêncio. Nenhuma menção à “coisa pública”, nenhuma referência a posições políticas coletivas... apenas a moral e os limites cristãos *“minha religião não permite”*.

Também foi na religião a afinação discursiva dos jovens que disseram participar coletivamente em alguma ação na cidade. Sobre a vida política se mostraram, em certa medida, alheios. Dos 390 jovens ouvidos, 349, ou seja, 89,49% não conhecem o trabalho da Câmara de Vereadores da cidade. Entre aqueles que conhecem, um universo de 35 jovens, 37,14% mostrou descrédito e ou desclassificou o trabalho político, e 40% fez silêncio não respondendo à questão. Frases como *“eles não fazem nada além de roubar”* ou ainda *“são safados e ladrões”*, falam muito mais sobre um julgamento que está no cotidiano sobre o sentido de política do que sobre um conhecimento efetivo do trabalho da casa legislativa da cidade.

Porém, se mostraram mergulhados no processo de subjetivação cidadã quando concordaram – 43,08% – que é importante que as decisões para a cidade sejam discutidas e decididas na Câmara. Concordar com esse espaço é concordar com a possibilidade democrática que temos. A vida política mais formal da cidade, as vias de representação eletivas partidárias se mostraram desinteressantes para esses jovens. Um cenário entendido uma vez que as ações políticas partidárias são, em grande medida, um mundo de adultos,

ou ainda melhor, um mundo de alguns adultos, em sua maioria masculina. Quando existem grupos de juventudes no interior dos partidos políticos, eles funcionam a partir das regras adultas. A representação jovem nos partidos políticos ainda parece ser uma fatia a ser conquistada, e a possibilidade de atividades promotoras de autonomia juvenil dentro dos partidos outra questão bastante complexa. Porém, com todo esse distanciamento, esses jovens admitem o espaço legislativo como importante na hora de decidir coisas para a cidade. Da mesma forma, a grande maioria dos estudantes disse desconhecer as associações, tanto de bairros quanto de pais da escola, mas confirmaram a importância da existência delas⁵.

Se existe uma distância dos jovens do mundo político partidário ou das associações civis mais convencionais, essa distância é menor quando se fala de participações em grupos juvenis. Do universo total da pesquisa, 122 jovens – 31,28% – disseram participar de alguma atividade coletiva. Essa participação coletiva, além das relações familiares e escolares, nos indica que a possibilidade de vida política é eminente. As possibilidades de vida política desses jovens, além da família e da escola, advêm das suas relações com a religião – 45,90% –, seguidos das equipes de esporte – 27,86% – e de atividades culturais diversas – 16,39%. Quando observadas essas participações separadamente, por grupos de escolas, aparece um dado a considerar: os jovens das escolas mais periféricas, onde existem os grandes bolsões de pobreza da cidade são os que mais participam de grupos relacionados à igreja, incluindo o “grupo de jovens” ou “grupos de músicos da igreja” e, em contrapartida, os que menos participam de atividades esportivas e culturais. Os jovens que menos frequentam atividades religiosas são aqueles das escolas públicas que atendem uma “classe média baixa” e também são os que mais participam de atividades culturais. A constatação de que está nas camadas mais periféricas a maior inserção da religião não pareceu ser uma grande novidade. Parece estar em consonância com as pesquisas de Sorj e Marttuccelli na América Latina. Eles dizem que

a religiosidade constitui possivelmente a principal fonte de segurança, em particular dos grupos mais pobres da população. Dificilmente se poderia entender a capacidade de suportar adversidades, manter padrões éticos, confiar em um futuro melhor, se não nos referimos às crenças religiosas (SORJ; MARTTUCCELLI, 2003, p. 38).

Durante a aplicação do instrumento de pesquisa, especialmente o debate sobre o filme, e em suas análises, as raras vezes em que apareceram falas defensoras da honestidade no contexto de descrédito com as entidades civis, corrupção e ausência de segurança pública se justificavam pela religião. Em nenhum momento um argumento a favor da honestidade e ética esteve relacionado ao sentido convencional de cidadania. Os autores defendem que falar de religião na América Latina é se referir basicamente ao Cristianismo e sua capacidade de negociações com outras tradições religiosas e com o poder público, promovendo o sentimento de solidariedade social, práticas assistencialistas e busca de soluções para os problemas dos menos favorecidos. Eles apontam o acréscimo das igrejas evangélicas de maioria pentecostal e as promessas infundáveis de ascensão social. São crenças que incidem, segundo os autores, nas

subjetividades dos fiéis que tendem a adotar um novo estilo de vida e a encontrar um novo sentido para a existência. Ainda que isso ocorra em grau variado, segundo as exigências de cada igreja, a maioria delas defende um comportamento puritano de seus fiéis que implica a abstenção dos ‘prazeres do mundo’, como: o cigarro, a bebida alcoólica, as festas profanas, e uma nova moral que prega a condenação do aborto, do adultério e da homossexualidade, tudo isso participando de uma ruptura simbólica com o ‘mundo’ (SORJ; MARTTUCCELLI, 2003, p. 41-42).

Essa ruptura simbólica com o ‘mundo’, se mostrou em alguns momentos na fala desses jovens. Foram raros esses discursos, mas foram suficientes para perceber que na “cultura escolar” há tensões entre diferenças religiosas. Esse ‘mundo’ como sendo um lugar à parte, onde a perversão e a vida profana acontecem, se revelou em falas como: “*o que atrapalha nessa escola é aluno que não é dementé a Deus*”, ou “*se as pessoas acreditasse em Deus e pararem de se deleitar, todos seriam um bom cidadão*”. Existe nessas falas um sentido de redenção através da abstenção dos prazeres.

A MEMÓRIA QUE DURA

Historicamente, a cidadania é relacionada à inclusão social e perpassa as questões jurídicas do direito civil, do direito político e dos direitos sociais –

regulamentos que fazem possível a relação entre indivíduo e Estado. Olhar para os sentidos da palavra no processo histórico é assumir que existe uma memória que foi e está sendo construída e não pode ser ignorada. É muito comum falar de cidadania na História iniciando por vê-la na antiguidade grega e romana. Essas formas de existência social vêm sendo abordadas como uma “História Universal”, ou pelos livros didáticos, ou por muitos historiadores da antiguidade. No entanto, ela faz parte da história de um espaço e de um tempo muito específicos. Para o antropólogo Norberto Guarinello (GUARINELLO, 2003) a imagem que se fez da cidadania antiga é idealizada, e torná-la um ponto antecessor à cidadania em um Estado-nacional contemporâneo não seria um caminho pertinente para os interesses desta pesquisa. Não existe continuidade, repetição, nem tão pouco um desenvolvimento progressivo de um mundo e de outro. Para ele, “são mundos diferentes, com sociedades distintas, nas quais pertencimento, participação e direitos têm sentidos diversos” (Idem, p. 29). Apesar disso, ao olharmos para esse passado tão distante, temos uma imagem que nos diz respeito – esse sentido relacionado ao processo de inclusão e os sentimentos “comunitários”.

Quando precisamos tratar dos sentidos contemporâneos de cidadania no Brasil, é importante e, diria inevitável, considerar que estamos falando de um país com uma população que possui, em sua quase totalidade, o Cristianismo como referência de religião. Especialmente a importância dessa relação é a função integradora da religião. Os autores Bernardo Sorj e Danilo Martuccelli analisam a religiosidade na América Latina e afirmam que

o aspecto integrador da religiosidade latino-americana também aparecem nas inúmeras práticas assistencialistas – nos âmbitos educacionais, da saúde, de atenção aos órfãos, idosos, sem-teto, pobres, migrantes, desfavorecidos em geral – promovidas por diversas associações religiosas, muitas vezes em parceria com os poderes públicos, buscando a promoção da solidariedade social e a solução dos problemas dos mais necessitados (SORJ; MARTUCCELLI, 2008, p. 41).

Os autores sinalizam o Catolicismo como destaque no Brasil – 73,6% da população –, mas observam também o crescimento das religiões evangélicas – 15,4% da população (SORJ; MARTUCCELLI, 2008, p. 43). Se vamos investigar a história da Igreja Católica, verificamos que parte do sucesso de sua expansão

se deu a partir da formação de uma rede de relacionamentos entre aqueles que estavam negligenciados pela administração romana. Eduardo Hoornaert analisa a expansão do Cristianismo e afirma que seu crescimento tem muito a ver com essa rede que conquistou, para seus adeptos, em certa medida, uma cidadania, um respeito social (HOORNAERT, 2003, p.81-95). Uma espécie de resultado de um “trabalho de base”. O autor ressalta que, para o período histórico da época, trata-se de uma cidadania “limitada e bastante modesta” (HOORNAERT, 2003, p.94). Mas ao pensar que estamos falando de um contexto romano, um grupo que não possuía nenhum legado ou possibilidade de inclusão, isso passa a ser um grande ganho.

Posteriormente, sabemos que o Cristianismo, que cresceu em outras partes do mundo, tem como grande promessa a redenção pela crucificação de Jesus Cristo (JC). O Cristianismo da redenção dos oprimidos inclui o indivíduo em uma história atemporal, em uma promessa: oferece a acolhida de um Deus-rei, apresenta um JC crucificado, humilhado e ferido, semelhante a qualquer sofredor de qualquer parte do mundo e de qualquer tempo. Provoca uma identificação que resulta em sentimento de pertencimento de grupo, de construção de identidade. Sentir-se incluído é sentir-se perto da cidadania. É, finalmente, ver possibilidades de participação em um grupo.

Assistimos, a cada festa religiosa exposta nos telejornais, o ajuntamento de interessados em agradecer ou receber uma graça. Há a festa do Santo Expedito, por exemplo, quando milhares de pessoas solicitam empregos, pedem a bênção na carteira de trabalho e a proteção do emprego. Já a festa de São Jorge, mostra como um ex-soldado romano tornou-se santo ao se recusar a negar a crença cristã. Desta forma, ele representa para os fiéis aquele que lutou bravamente contra as repressões dos homens e a violência do Estado. Esses foram dois exemplos, seguidos de tantos outros, onde há o reforço desta ideia de redenção a que estão submetidas as promessas cristãs.

Vivemos um momento em que os brasileiros e toda a América Latina experimentam relações tensas com os direitos civis, políticos e sociais. Essa tensão é discursiva na medida em que a Constituição Federal Brasileira trouxe o sentido de garantia relacionado ao direito de igualdade. O Artigo 5 da Constituição iguala todos. Seu texto diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros

residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, p. 1). Talvez esse seja o texto mais popular desde a sua publicação, faz parte do cotidiano a afirmação de que “todos são iguais”. Se este pode ser considerado o maior ganho desse diploma jurídico, também está nele a maior expectativa do povo brasileiro. A possibilidade de conquista democrática dos princípios do direito civil, ou seja, um desejo que é, na verdade, a história de uma enorme falta, um vácuo materializado nas desigualdades sociais, e, ao mesmo tempo, a promessa não cumprida diante das limitações da realidade cotidiana. Materializa-se assim uma tensão discursiva – o discurso da igualdade e a experiência da desigualdade.

Não significa que o Brasil, em especial, esteja vivendo em um recente caos ou uma decadência, ao contrário, as pesquisas históricas mostram um passado de fragilidade maior em relação às garantias do Estado no contrato social com os cidadãos. Embora as experiências de um governo de “esquerda”, nos últimos dez anos, tenham trazido significativos avanços tanto nas projeções econômicas do Brasil, crescimento e desenvolvimento sustentável, políticas de emprego e renda, quanto nas políticas sociais como o avanço na universalização, inclusão e permanência das crianças e jovens nas escolas, há muito que ser feito porque foram mais de 500 anos de carências em todas as áreas. Desta forma, cerca de 30 anos de abertura democrática e dez anos de um governo chamado de “esquerda”, com destaque nas políticas sociais, ainda não foram suficientes para a demanda imediata que urge no cotidiano das pessoas e nas expectativas da vida dos jovens.

A exemplo dos jovens dessa pesquisa, quando perguntados sobre questões políticas de Estado falam sobre experiências de exclusão de uma série de direitos causados pela falta de formação para os empregos disponíveis, falta de segurança pública, ineficiência nas políticas de acesso aos bens culturais. Os problemas são levados ao cenário religioso para serem resolvidos. O Cristianismo católico, e, no caso brasileiro, também as igrejas protestantes, tanto as mais antigas quanto as mais novas, oferecem aos seus fiéis este lugar de redenção como a possibilidade de se sentir incluído. Isso constrói memória. São arquivos – em diferentes extratos temporais, usando uma expressão da arqueologia, – e que vão sendo organizados e servem como base quando precisamos significar a

relação indivíduo e Estado. Memória que coloca o indivíduo na posição de contemplado pela benevolência do pai-Estado.

Essa memória se desdobra também nas religiões evangélicas. O sentido de assistencialismo é observado por Sorj e Martuccelli, quando dizem que “o Pentecostalismo se abriu em direção às diferentes camadas sociais, mesmo que os mais pobres e desfavorecidos das áreas urbanas componham sua clientela predominante” (SORJ; MARTUCELLI, 2008, p. 41). Este fato não é por acaso: são aqueles menos favorecidos, como foram no caso romano, a clientela que busca uma inclusão, uma promessa, uma rede de solidariedade, um assistencialismo.

Considera-se importante, no entanto, explicar de que memória está se considerando. São as experiências do presente direcionando as reelaborações da memória sobre o passado. Evidentemente, a relação das pessoas com a religião, no presente, difere em muito daquela vivida no período de expansão da Igreja Católica Apostólica Romana. No entanto, somente faz sentido pensar na igreja em relação à cidadania diante das práticas do próprio presente. As multidões em procissões nas ladeiras, escadas, as ladainhas e cordas que juntam milhões de pessoas à procura de graças, com perfil de direito social: emprego, carteira assinada, falta de atendimento na saúde e previdência, nos apontam que existe algo evocado do passado que se faz presente; e, por outro lado, existe algo no presente que nos ajuda a entender esse passado presente. Os autores já citados, Sorj e Martuccelli afirmam que

pode-se sustentar, na esteira de Maurice Halbwachs, que todas as celebrações e rituais religiosos, incluindo festas, assim como toda a geografia religiosa mencionada, constituem importantes momentos de fortalecimento da memória religiosa coletiva, mas, ao mesmo tempo, de atração de pessoas, contribuindo para a integração social e, assim, para a coesão dos grupos sociais (SORJ; MARTUCELLI, 2008, p. 40).

Sobre essa marca da memória coletiva, observa-se que nos discursos dos jovens participantes desta pesquisa existe um saber sobre a cidadania que é uma duração do discurso religioso sobre o “bem viver”. Ao serem perguntados sobre o significado de participar de associações ou agremiações sociais, dos 390 entrevistados, 96 relacionam sentidos como “ajudar ao próximo”, “doar ao próximo” ou “fazer caridade”. Ao serem perguntados sobre *“o que é ser cidadão*

hoje”, apareceram respostas que podem sinalizar relações diretas ou indiretas com a religião. Essas respostas foram condensadas nas seguintes categorias:

- quem ajuda/caridade/doação
- todos os filhos de Deus

A soma destas opções são 57 respostas. Mas, em outras perguntas, ao falarem sobre liberdade, as respostas relacionadas à natureza humana, em grande maioria fundamentavam esta natureza como uma criação de Deus e a uma doação divina. Algumas dessas respostas merecem uma análise com mais destaque: *“Porque o nosso país tem direito de liberdade de fazer o que quiser. A palavra de Deus diz que nos temos liberdade eterna neste mundo, de fazer o que quiser”*⁸. A pergunta era direcionada e dizia: *“A liberdade é um direito. Por quê?”* Era direcionada porque afirmava um local de fala – o Estado de direito. E a resposta se iniciou respondendo desse local: *“porque o nosso país”*. Mas, em seguida, faz um corte para um outro local de fala sem que, com isso, houvesse uma diferenciação nos sentidos. Ou seja, se materializou nessa fala um sentido que funde as questões de Estado e de religião como únicas. Existe na argumentação um estado de paraíso, de redenção garantida na palavra de Deus. Não se trata de uma lei, de um documento jurídico, mas da palavra de Deus. E é ela que legitima essa fala promotora de liberdade de fazer o que quiser – um paraíso. Observa-se também que não existe um sentido de coletividade na frase. A liberdade é descomprometida com o coletivo e diz respeito apenas ao indivíduo e a Deus. Os outros não aparecem.

Outra fala ainda diz sobre a liberdade: *“Era para ser uma religião pois todos deveriam ter mas nós sabemos que não é essa a nossa realidade.”* Ter a liberdade como religião seria levar a sério a ideia de liberdade, que seria respeitada por todos? Estaria aqui uma descrença no Estado? E aquilo que não é do campo divino, da religião, não acontece efetivamente? Ou estaria aqui um sentido de impossibilidade de conceber um sujeito sem religião e deveria ser assim também com a liberdade? Se esse era o sentido, a frase também é denunciadora quando diz: *“sabemos que não é essa a nossa realidade”*. Ou seja, não fomos contemplados por algo que deveria ser fundamental.

Quando falam sobre os grupos e associações que frequentam, são as igrejas que agregam o maior número de jovens. Dos 123 jovens que participam de

algum tipo de grupo juvenil, 45,52% frequentam grupos relacionados às igrejas. E, não é coincidência que as escolas onde existe maior concentração de jovens envolvidos com atividades religiosas são aquelas com um perfil muito marcado pelo desfavorecimento social nas áreas urbanas. O autor já citado, Eduardo Hoornaert (2003), fala sobre um pertencimento que a igreja ofereceu aos seus seguidores. Na atualidade, seja católica ou evangélica, observa-se que as igrejas continuam a oferecer aos seus seguidores um tipo de sentimento de pertencimento que constrói uma autoestima e um sentimento também de superioridade sobre os outros grupos.

Não se trata aqui de lembrar o passado, nem sobre uma memória factual, mas algo que dura nos corpos se subjetivando, em forma de práticas, saberes e percepções sobre a vida. Existe uma indicação de consumos, que não se trata de produtos materiais, mas de uma imaterialidade memorável. Mesmo que haja o ponto de encontro dos adolescentes no shopping, algo bem mais recente na história e bastante recorrente na pesquisa, existe um grande grupo que se concentra, também, nas igrejas, como já anunciado no início do artigo, 65,64%. Para além da “cultura escolar”, existem outras culturas que corroboram, em consonância ou não, na construção de subjetividades cidadãs. Subjetividades elaboradas pelo sujeito, mas massificadas por essas instituições. Existe uma memória que dura no tempo, advinda da igreja, mas reelaborada no presente, com os elementos, os signos do Estado. Ao dizer que liberdade é da natureza humana e que cidadania é fazer caridade, ou ter uma participação social por meio de associações e fazer doações aos menos favorecidos, os jovens juntaram discursos de intradiscursos diferentes, formando uma memória no presente.

REFLEXÕES FINAIS

Os dados apresentados neste artigo são parte de um mapeamento maior sobre os sentidos de cidadania que os jovens evocam em suas falas, todavia, acionam uma preocupação política educacional brasileira. Embora saibamos que as políticas públicas apontam para uma educação laica e um sentido de cidadania relacionado aos direitos dos cidadãos, os sentidos evocados pelos jovens foram muito mais morais, relacionados aos valores cristãos e aos ‘bons

costumes' bíblicos. O uso da genealogia permitiu que os discursos analisados não fossem recortados pela frequência das falas, mas pela intensidade de seus sentidos e a arqueologia fez aparecer sentidos que não são saberes criados no presente, nos documentos educacionais, mas massificados institucionalmente na duração de uma memória. Fazem parte de um "arquivo" de discursos que podem ser acionados através de uma ação de "homens e mulheres livres", que constroem suas subjetividades e respondem sobre cidadania com a ilusão de expor "ideias próprias". Quando os discursos religiosos aparecem marcando suas falas, percebe-se que são usados também para tomadas de decisões no cotidiano.

Considero importante destacar essa peculiaridade da religião no contexto de produção de subjetividades de jovens, porque, apesar do Cristianismo continuar oferecendo uma cidadania "parca, limitada e bastante modesta", como sugeriu Eduardo Hoornaert ao analisá-la no tempo do Império Romano, é essa medida que continua valendo, ainda hoje, para uma parcela considerável da população. Ainda é a fé que direciona um sentimento de pertencimento de grupo, de tomada de decisões para muitos desses adolescentes e de horizontes de expectativas. A promessa pode continuar sendo "parca", mas possui "sucesso" na construção de subjetividades cidadãs entre a juventude, na medida em que norteia ações aceitas socialmente.

Por outro lado, apesar dos investimentos cada vez maiores na educação do Estado brasileiro, ela se mostra insuficiente quando não consegue operar como caminho para construção de argumento no autogoverno. Não há marcas efetivas de subjetividades cidadãs entre os jovens ouvidos na pesquisa a partir da operação dos discursos sobre os conhecimentos escolares. Se existe relações entre uma cultura e outra, como sugere Dominique Julia, citado no início deste texto, existe também sobreposição entre os interesses desses dois campos culturais capaz de fazer funcionar o 'silenciamento' de uma sobre a outra, sem que isso funcione, de fato, como tensão.

NOTAS

1. Por essa razão aparecem nesse artigo sem nenhuma indicação nominal, nem do sujeito, nem da instituição escolar.

2. Refiro-me às experiências como professoras das disciplinas de Estágio do curso de História da Univali, em que são observados alunos, com a mesma faixa etária.
3. As falas foram transcritas aqui exatamente como foram escritas pelos estudantes, não houve nenhum tratamento ortográfico porque este não era o foco da pesquisa. Interessavam os sentidos produzidos além da forma como foram expostos ou organizados.
4. Idem nota 3
5. Essa pesquisa foi anterior aos movimentos das ruas de junho de 2013 e podem ter sofrido mudanças nesses sentidos desde então. A pesquisa sugere a continuidade da investigação.
6. Idem nota 3, o sentido considerado em análise foi a palavra “temente” e “parassem”.
7. Aqui falo da micro-política, aquela dos embates cotidianos, das possibilidades de construir regras, negociar tensões e escolher representantes.

REFERÊNCIAS

BENJAMIM, Walter. Sobre o Conceito de História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL, **Constituição da República Federalista do Brasil**, 1988.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: Reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRAGO, Antonio V. Historia de La educación e historia cultural: Possibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n.0, Rio de Janeiro: Anped, 1999. p. 63-82.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na antiguidade clássica. In: Jaime Pinsky & Carla Bassanezi Pinsky (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto. 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOORNAERT, Eduardo. As comunidades cristãs dos primeiros séculos. In: Jaime Pinsky & Carla Bassanezi Pinsky (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto. 2003.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1. v. 1. Rio de Janeiro: Anped; Campinas: Autores Associados. 2001. p. 9-43.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **La monadologie**. Paris: Librairie Général Française, 1991.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

SORJ, Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. **O desafio latino-americano: Coesão social e democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. **Discursos Educacionais na construção das subjetividades cidadãos e implicações no Ensino de História: um jazz possível**. (Tese de Doutorado), Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, Brasil, 2009.

Submetido em: 13/08/2014

Aprovado em: 04/02/2015